

NOTA DAS CENTRAIS SINDICAIS EM DEFESA DOS CORREIOS E CONTRA A CPI

As Centrais Sindicais vêm a público repudiar veementemente a campanha orquestrada de ataques contra a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), promovida por setores que há anos tentam enfraquecer a estatal para justificar sua privatização. Essa ofensiva irresponsável, travestida de "denúncias" e "investigações", ignora o papel estratégico dos Correios para o desenvolvimento nacional e busca enganar a opinião pública com narrativas distorcidas.

Nos últimos meses, intensificou-se uma campanha midiática tendenciosa que manipula dados financeiros e responsabiliza injustamente os trabalhadores pelos desafios enfrentados pela empresa. O caso mais recente envolve a tentativa de associar o déficit de R\$ 3,2 bilhões registrado em 2024 ao pagamento do "vale-peru", um direito conquistado em acordo coletivo e que representa apenas 6,25% desse montante. Essa manobra, noticiada por veículos como o Poder360, tenta desmoralizar os funcionários e ocultar as verdadeiras causas do desequilíbrio financeiro da estatal.

A realidade, como evidencia a última edição da Carta Capital, é que os Correios sofreram um desmonte deliberado nos últimos anos. Entre 2019 e 2022, o governo federal fechou mais de 300 agências, cortou investimentos, reduziu drasticamente o quadro de funcionários e precarizou as condições de trabalho. Para agravar esse cenário, a mudança na taxação de compras internacionais – a chamada "taxa das blusinhas" – retirou R\$ 2 bilhões anuais da estatal. Além disso, a defasagem tarifária e o passivo herdado de administrações anteriores são fatores determinantes para a situação financeira atual.

O enredo utilizado agora para atacar os Correios é o mesmo já empregado em outras estatais estratégicas antes de sua privatização. Criam-se artificialmente as narrativas de "empresa deficitária" e "inviável" para preparar o terreno para sua venda, ignorando o fato de que os Correios são fundamentais para a logística do país e garantem a integração nacional, principalmente nas regiões mais remotas, onde nenhuma empresa privada se dispõe a operar. Durante a pandemia de coronavírus, os Correios desempenharam um papel crucial, garantindo a entrega de medicamentos e mercadorias essenciais enquanto a maioria dos trabalhadores estava em casa devido ao lockdown. Essa atuação foi vital para a manutenção do acesso a serviços fundamentais, especialmente para as populações mais vulneráveis.

Nesse contexto, a instalação da CPI dos Correios, articulada pelo senador Márcio Bittar, surge como mais um capítulo dessa ofensiva privatista. Longe de propor soluções para fortalecer a estatal, a CPI tem como objetivo desgastá-la politicamente e criar um ambiente propício para sua entrega ao setor privado. A história já mostrou que CPIs podem ser instrumentalizadas para interesses alheios ao interesse público, desviando o foco das medidas realmente necessárias para fortalecer os Correios e garantir a continuidade de um serviço essencial para o povo brasileiro.

Diante dessa ameaça, as Centrais Sindicais reafirmam sua posição em defesa dos Correios públicos e contra qualquer tentativa de sucateamento ou privatização. Exigimos que o governo federal e o Congresso Nacional adotem medidas concretas para fortalecer a estatal, com investimentos, ampliação dos serviços e valorização de seus trabalhadores.

Os Correios são do povo brasileiro, e não permitiremos que sejam entregues ao mercado financeiro em detrimento do interesse nacional!

São Paulo, 24 de fevereiro de 2025

Sérgio Nobre, Presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores)

Miguel Torres, Presidente da Força Sindical

Ricardo Patah, Presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores)

Adilson Araújo, Presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)

Antônio Neto, Presidente da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros)

Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Presidente da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores)

Nilza Pereira, Secretária-Geral da INTERSINDICAL Central da Classe Trabalhadora

Luiz Carlos Prates (Mancha), Secretário Executivo da CSP-Conlutas

José Gozze, Presidente da Pública Central do Servidor

Emanuel Melato, Coordenador Nacional da INTERSINDICAL Instrumento de Luta

